



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 42/2015
Período: 14/11/2015 – 20/11/2015

GEDES - UNESP

- 1- General do regime militar faleceu em Brasília
- 2- Líder do PT na Câmara pediu a investigação da atuação de movimentos a favor da intervenção militar e pró-impeachment
- 3- Foguete não tripulado explodiu no Centro de Lançamento de Alcântara
- 4- Exército está encarregado de distribuir água para cidade de Minas Gerais
- 5- Editorial analisou papel dos militares na democracia
- 6- Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas criticou proposta de ausência de visto de turista durante as Olimpíadas 2016
- 7- Ministro do STF deverá decidir sobre decreto a respeito da promoção de militares

1- General do regime militar faleceu em Brasília

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, faleceu, no dia 12/11/15, na capital federal Brasília, aos 94 anos, o general Danilo Venturini, vítima de parada cardíaca. Descrito por seus conhecidos “calmo, honesto e íntegro”, era denominado “o diplomata” ou “o democrata”, durante o regime militar (1964-1985). O *Correio* informou que Venturini foi chefe do gabinete militar e ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários do governo do general João Baptista Figueiredo (1979-1985), trabalhou na cúpula do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) e foi comandante do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), em 1980, atuando na mesma região onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Após o fim da repressão do regime militar, o general foi morar na zona rural de Brasília e dedicou-se ao agronegócio. Segundo o periódico, Venturini foi velado e sepultado no cemitério Campo da Esperança, com honras militares, no dia 13/11/15, com a presença de familiares, amigos e colegas militares. O militar deixou a esposa, Amarilis, e seus três filhos: Danilo Filho, Márcio e Ângela Maria. (*Correio Braziliense* - Política - 14/11/15)

2- Líder do PT na Câmara dos Deputados pediu a investigação da atuação de movimentos a favor da intervenção militar e pró-impeachment

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o líder do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara dos Deputados, Sibá Machado, pediu, por meio de uma ação ao Ministério da Justiça e ao governo do Distrito Federal, que as polícias Federal e Civil atuem para investigar os grupos que estão acampados nas proximidades do Congresso Nacional, na capital federal Brasília, reivindicando o impeachment da presidenta da República, Dilma Rousseff, e a intervenção militar. Utilizando o argumento de que os grupos representam uma “incontestável ameaça a qualquer pessoa que eventualmente circule

nas áreas adjacentes aos acampamentos”, Machado ainda solicitou aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, que acatem o ato do Legislativo de agosto de 2001 que proíbe acampamentos no gramado em frente ao Congresso. Segundo o periódico, a motivação para o pedido de investigação teria sido a prisão, no dia 12/11/15, de um manifestante identificado como o policial militar reformado Jorge Luiz Damasceno Vidal, detido após serem encontrados em seu carro uma pistola 380 Taurus, um soco inglês, furadores de coco, um porrete e sprays de mostarda. A Polícia Civil afirmou que ele não tinha a licença devida para usar a arma. As manifestações pró-impeachment foram criticadas durante as passeatas, ocorridas em Brasília, no dia 13/11/15, que reuniram a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). As passeatas ocorreram em defesa do mandato de Rouseff e contra Cunha, pedindo a sua saída da presidência da Câmara. No dia 15/11/15, data comemorativa da Proclamação da República, foram organizados protestos a favor do impeachment e, em alguns casos, da intervenção militar. Em Brasília, a Polícia Federal informou que em torno de 2 mil pessoas acumularam-se no gramado em frente ao Congresso Nacional. Segundo o jornal *Correio Braziliense*, um dos grupos a favor da intervenção dos militares estava com um boneco inflável do general Antônio Mourão, destituído de seu posto do Comando Militar do Sul após criticar o governo e homenagear o general Carlos Alberto Brilhante Ustra, acusado pelo Ministério Público de torturar diversos opositores ao regime militar (1964-1985), principalmente no período em que chefiou o Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) da cidade de São Paulo. A segurança na Esplanada dos Ministérios foi intensificada para evitar depredações e evitar conflito entre os diversos grupos que estavam acampados no local. De acordo com *O Estado*, a Polícia Militar confiscou diversos objetos que poderiam ser utilizados como armas. (*Correio Braziliense* - Política - 16/11/15; *O Estado de S. Paulo* - Política - 14/11/15; *O Estado de S. Paulo* - Política - 16/11/15)

3- Foguete não tripulado explodiu no Centro de Lançamento de Alcântara

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que um foguete explodiu no Centro de Lançamento de Alcântara, no estado do Maranhão, no dia 13/11/15. Segundo o Instituto de Aeronáutica e Espaço, ninguém ficou ferido e, após o ocorrido, a área de lançamento foi isolada. *O Estado* afirmou que a base espacial vinha realizando lançamento de foguetes não tripulados como parte da Operação São Lourenço. (*O Estado de S. Paulo* - Metrópole - 14/11/15)

4- Exército está encarregado de distribuir água para cidade de Minas Gerais

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Exército está responsável pela distribuição de água para a cidade de Governador Valadares, no estado de Minas Gerais, em virtude do corte na captação de água do Rio Doce, decorrente do rompimento de duas barragens no complexo de mineração da região. A ação conta com 55 militares. A prefeitura do município, entretanto, culpou a empresa mineradora Vale por entregar água com querosene nos vagões-tanques encarregados pela sua condução. O jornal informou que “a Vale declarou ter coletado a água no local indicado em Ipatinga e transportado o líquido em vagões utilizados para combate a incêndios florestais”, transportando somente água em seu interior. A mineradora afirmou que, após a água ser entregue à prefeitura, esta é, ainda, responsável pela

sequência do transporte em caminhões-pipa, sem qualquer vínculo com a Vale. A intenção da prefeitura é instalar caixas de 20 mil litros em certos pontos da cidade para distribuir água potável à população. A prefeitura pretende, ainda, continuar recebendo apoio dos caminhões da Vale, e, além disso, construir “uma adutora para captação de água em rios menores”. (O Estado de S. Paulo – Brasil – 14/11/15)

5- Editorial analisou papel dos militares na democracia

No dia 15/11/15, o editorial do periódico *O Estado de S. Paulo* analisou o papel dos militares na democracia. Segundo o jornal, apesar de “pôr-se a culpa por boa parte dos males nacionais nas Forças Armadas” devido às violações aos direitos humanos ocorridas durante o regime militar (1964-1985), deve-se reconhecer as profundas mudanças que se deram dentro da instituição. O editorial apontou que os militares entenderam seu papel institucional na democracia, de modo que mesmo diante da atual crise pela qual passa o país “não há risco de golpe militar”, sendo os alertas neste sentido mera estratégia política. De acordo com *O Estado*, ao assumirem suas responsabilidades institucionais, serem cuidadosos em seguir as disposições constitucionais, e descartar “a máxima relativista de que os fins justificam os meios”, os militares servem de exemplo ao governo civil. (Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 15/11/15)

6- Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas criticou proposta de ausência de visto de turista durante as Olimpíadas 2016

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, general José Carlos de Nardi, afirmou no dia 16/11/15 que a ausência da necessidade de visto para os turistas entrarem no Brasil durante as Olimpíadas de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, “pode abrir caminho para a vinda de terroristas ao País”. Nardi afirmou que o projeto deveria ser revisto diante da “nova situação e conjuntura”, referindo-se aos ataques realizados na França no dia 13/11/15, pois a ausência da necessidade do visto pode gerar uma abertura para que entrem no país elementos relacionados à grupos terroristas. Segundo o general, atualmente o Brasil está bem preparado para lidar com tais situações devido à experiência adquirida pelo país nos eventos anteriores e que a integração de órgãos de inteligência e contrainteligência deve ser reforçada para as Olimpíadas, mas defendeu que a exigência do visto é uma medida de segurança adicional. De acordo com o jornal, o projeto que busca a suspensão da necessidade do visto durante as Olimpíadas foi aprovado no Congresso, mas ainda precisa ser sancionado pela presidenta de República Dilma Rousseff, que tem até o dia 24/11/15 para deliberar sobre o assunto. *O Estado* afirmou que o projeto é defendido pelo Ministério do Turismo, mas não pelo Ministério da Defesa, que não concordava com a proposta, embora não tenha se posicionado oficialmente sobre o assunto. (O Estado de S. Paulo - Internacional - 17/11/15)

7- Ministro do STF deverá decidir sobre decreto a respeito da promoção de militares

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a colunista Sonia Racy informou que Dias Toffoli, ministro do Supremo Tribunal Federal, foi nomeado relator e deve decidir sobre caso apresentado no início do ano a respeito do poder do ministro da Defesa para nomear ou promover pessoal militar. Segundo Racy, a tarefa era

reservada aos comandantes das Forças Armadas, porém, em abril de 2015, um decreto da presidenta da República, Dilma Rousseff, causou insatisfação entre os militares ao atribuir tal responsabilidade ao ministro da Defesa. Em texto seguinte, a presidenta esclareceu que o ministro poderia delegar as decisões aos comandantes. De acordo com Racy, Toffoli afirmou querer ouvir a Presidência, a Advocacia-Geral da União e “levar [o caso] direto ao plenário”. (O Estado de S. Paulo - Caderno 2 - 19/11/15)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PROEX); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Gabriel Camargo do Vale (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Laura Pujol Ricarte (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais)